



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 6ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 36ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.3 - 37ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.4 - 38ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.5 - 18ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 - 19ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 - 20ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissão

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/2/2012

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Fabiano Tolentino

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 2.877 a 2.879/2012 - Requerimentos n°s 2.432 a 2.475/2012 - Requerimento do Deputado Arlen Santiago - Comunicações: Comunicações da Bancada do PV e das representações partidárias do DEM, do PSC, do PSB, do PP, do PMN e do PTC e dos Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz, Bonifácio Mourão e Fred Costa - Questões de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Rogério Correia e João Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- O Deputado Fabiano Tolentino, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.877/2012

Proíbe eventos que envolvam sofrimento de animais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos que envolvam o sofrimento físico ou psicológico de animais.

Parágrafo único: Incluem-se na proibição prevista no "caput" eventos esportivos, culturais, turísticos, artísticos, para lazer, espetáculos, apresentações, exposições, feiras e de qualquer outra modalidade que inflija sofrimento de qualquer grau a animais, domésticos ou não.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no art. 1º desta lei acarreta ao infrator as medidas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2012.

Anselmo José Domingos

Justificação: A utilização de animais para a realização de eventos é muito comum e extremamente diversificada, indo desde apresentações circenses até as cavalgadas, "vaquejadas" e rodeios. Entretanto, muitas dessas manifestações ocorrem com desrespeito aos direitos dos animais, mormente aquelas que envolvem "stress" psíquico e culminam inclusive na violação da sua integridade física.

Felizmente, com o desenvolvimento da ciência e de equipamentos, já é possível a realização desse tipo de eventos de forma segura, respeitando, portanto, a integridade física e psíquica dos animais envolvidos. Aqueles que não possam ser realizados sem infligir danos aos animais devem ser proibidos e extirpados da cultura a que pertencem.

A Lei nº 9.605, de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais tipificou como crime os atos previstos em seu art. 32, a saber:

"Art. 32 - Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º - A pena é aumentada de um sexto a um terço se ocorre morte do animal."

A Constituição Federal, em seu art. 225, também assevera:

"Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", cabendo ao poder público "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade" (inciso VII).

Igualmente em prol da preservação da vida dos animais, mostra-se a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de que o Brasil é signatário, que em seu art. 3º dispõe:

"Art. 3º - (...)

a) Nenhum animal deverá ser submetido a maltrato e a atos cruéis.

b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia."

Inequívoco aparato legal para a proteção dos animais, conto com a aprovação deste projeto de lei, que proíbe a realização de eventos que envolvam o sofrimento animal.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 472/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.878/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da expressão "Se beber, não dirija" nos cardápios de restaurantes, boates, bares e estabelecimentos congêneres do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatório o uso da expressão "Se beber, não dirija" nos cardápios de restaurantes, bares, boates e estabelecimentos congêneres que vendam bebidas alcoólicas no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - A utilização da expressão a que se refere o "caput" deverá ser impressa em local visível, destacado, de forma legível e em cor diferente do restante do texto.



Art. 2º - Os restaurantes, bares, boates e estabelecimentos congêneres que descumprirem esta lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência na primeira ocorrência;

II – multa no valor de R\$100,00 (cem reais) na segunda ocorrência;

III - multa equivalente ao dobro da prevista no inciso II deste artigo nas ocorrências subseqüentes e suspensão temporária das atividades do infrator pelo prazo máximo de trinta dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2012.

Marques Abreu

Justificação: Este projeto visa educar e conscientizar o consumidor-condutor acerca do perigo de misturar álcool e direção. Dados da Organização Mundial de Saúde - OMS - apontam que aproximadamente 1.200.000 pessoas morrem no mundo em consequência de acidentes de trânsito, e no Brasil os acidentes acarretam alto impacto econômico, especialmente na área de saúde e previdência, sem contar a incalculável dor ocasionada às famílias das vítimas.

A obrigatoriedade pretendida não trará prejuízo aos donos dos estabelecimentos comerciais abrangidos, tendo em vista que seu objetivo é o de orientar quanto ao perigo decorrente do uso de bebida alcoólica estando-se na condição de motorista.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação desta importante medida educativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.879/2012

Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar - Peae - e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar - Peae -, com o objetivo de promover a alimentação saudável nas escolas públicas de educação básica do Estado.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º - Para a promoção da alimentação saudável nas escolas serão observadas as seguintes diretrizes:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, com o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

III - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelo Estado e pelos Municípios para garantir a oferta de alimentação escolar saudável e adequada;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;

V - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde daqueles que necessitem de atenção específica e daqueles que se encontram em vulnerabilidade social;

VI - o estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos para a alimentação escolar;

VII - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, buscando divulgar os benefícios de uma alimentação mais adequada às reais necessidades do organismo;

VIII - a restrição ao comércio e à promoção comercial, no ambiente escolar, de alimentos com altos teores calóricos, gorduras, açúcar e sal;

IX - o estímulo ao consumo de alimentos ricos em bons nutrientes, fibras, vitaminas e minerais;

X - o constante monitoramento e aprimoramento da situação alimentar das escolas;

XI - o estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;

XII - o estímulo a parcerias com instituições e entidades de ensino e pesquisa e associações técnico-científicas para prestação de apoio técnico e operacional ao Estado e Municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais necessários.

Art. 3º - O Peae tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos através do desenvolvimento de ações de educação alimentar e da oferta de refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 4º - O Estado poderá transferir aos Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos.



Art. 5º - É facultado ao Estado repassar recursos financeiros do Peae às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observado o disposto nesta lei, no que couber.

Art. 6º - A responsabilidade técnica pela alimentação escolar no Estado e nos Municípios caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Art. 7º - Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com a utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei consideram-se gêneros alimentícios básicos aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

Art. 8º - A aquisição dos gêneros alimentícios, pelo Estado e pelos Municípios, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta lei.

Parágrafo único - Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do Município, podendo, no caso de não se obter as quantidades necessárias nessas grupos, complementá-las com propostas de grupos da região, do território rural e do Estado, nesta ordem de prioridade.

Art. 9º - Do total de recursos recebidos, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

§ 1º - A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º - A observância do percentual previsto no “caput” poderá ser dispensada quando presentes quaisquer das seguintes circunstâncias:

- I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
- III - dificuldades logísticas que inviabilizem o fornecimento de gêneros alimentícios;
- IV - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 10 - Compete ao Estado:

I - propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, observadas as diretrizes gerais do MEC.

II - garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, observadas as diretrizes estabelecidas no art. 2º, bem como o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal;

III - promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas;

IV - promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de educar os alunos atendidos para que formem hábitos alimentares saudáveis; mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico de que trata o art. 6º desta lei;

V - fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento dos Conselhos de Alimentação Escolar, facilitando o acesso da população;

VI - promover e executar ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade, na forma da legislação pertinente.

Art. 11 - Ficam instituídos no Estado e nos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, os Conselhos de Alimentação Escolar - CAE -, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

- I - um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
- II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;
- III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;
- IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º - Os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º - Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º - Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º - A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º - O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 12 - Compete ao CAE:

- I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta lei;
- II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;



III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas e à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do programa.

V - fomentar a realização de parcerias com instituições e entidades de ensino e pesquisa e associações técnico-científicas para que possam prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, bem como facilitar o desenvolvimento de outras ações pertinentes à boa execução do programa.

Parágrafo único - Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os conselhos de segurança alimentar e nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea.

Art. 13 - Para fins do Peae, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

Parágrafo único - São consideradas, entre outras, estratégias de educação alimentar e nutricional: a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais que a beneficiem.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2012.

Anselmo José Domingos

Justificação: O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE -, implantado em 1995, garante a transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar de todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica. Esse programa visa o atendimento das necessidades básicas dos alunos durante o período letivo contribuindo, portanto, para seu crescimento, desenvolvimento e aprendizagem e, sobretudo, para a formação, desde a idade escolar, de bons hábitos alimentares.

A busca de uma alimentação saudável e seu incentivo através da prática de bons hábitos nutricionais na escola é necessária, visto que a incidência de obesidade vem aumentando de forma assustadora em todo o mundo e, como é sabido, a boa educação alimentar promovida durante a infância e a adolescência tem o condão de perpetuar bons hábitos durante a vida e, produz inclusive, efeito multiplicador na sociedade.

A baixa na qualidade do consumo de nutrientes tem guarida na mudança do estilo de vida das populações e em seus hábitos alimentares, observando-se a busca cada vez mais crescente por “fast foods”, alimentos ricos em sal e colesterol e pobres em vitaminas, sais minerais e fibras, entre outros.

A Estratégia Global de Alimentação, Atividade Física e Saúde, desenvolvida pela OMS e tendo o Brasil como signatário, prevê, entre diversas ações, o estímulo ao desenvolvimento de políticas saudáveis de alimentação, a prática de atividade física em prol da prevenção de doenças relacionadas ao sedentarismo e a recuperação de bons hábitos alimentares.

Entre os pilares para alcançar um estilo de vida saudável está a boa alimentação e a prática de atividade física. O Estado, portanto, detentor da responsabilidade de fornecer alimentação balanceada e adequada aos alunos da rede pública de educação básica, deve efetuar seu mister de forma a cumprir elementos como a variedade, a regularidade e a qualidade dos alimentos fornecidos.

O Programa Estadual de Alimentação Escolar cumpre, portanto, o objetivo de estabelecer regras mínimas e os mecanismos para que a administração pública forneça alimentação condizente com as necessidades do educando, considerando que uma alimentação de qualidade é uma das variáveis que influenciam na aprendizagem.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 163/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.432/2012, do Deputado Carlos Mosconi, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Associação Médica Brasileira pela iniciativa de colher assinaturas visando a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular que propõe o investimento de 10% da receita bruta corrente da União na saúde pública e pelo lançamento da Frente Nacional por Mais Recursos para a Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.433/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre o funcionamento do radar meteorológico localizado em Mateus Leme, o tempo necessário para que os órgãos de defesa civil emitam alertas para minimizar as consequências das chuvas e a forma como esses órgãos recebem os dados que resultam na emissão desses alertas. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.434/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional pedido de providências para que seja articulada, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente, a implantação dos serviços de coleta e tratamento de esgotos no Município de Confins. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.435/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências com vistas à elaboração de estudo sobre as causas e as possíveis soluções para o transbordamento das Lagoas de Cima e de Baixo, situadas no entorno do Aeroporto de Confins, e pedido de informações sobre o atendimento, pelo Município de Confins, da legislação relativa à coleta e tratamento de esgotos.

Nº 2.436/2012, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre as ações de desenvolvimento sustentável que estão sendo implementadas, em atendimento a determinações da Fifa, nas obras dos estádios Mineirão e Independência. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)



Nº 2.437/2012, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que desenvolva gestões junto ao governo do Estado com vistas à construção de um hospital em Além Paraíba.

Nº 2.438/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social cópia do relatório de inspeção sanitária na 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil, de Uberlândia, elaborado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, e pedido de providências com relação às irregularidades apontadas.

Nº 2.439/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador do Tribunal de Justiça, por sua indicação para o cargo de Assessor da Presidência do Tribunal de Recurso do Timor-Leste.

Nº 2.440/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Ouvidoria de Polícia, à Corregedoria-Geral de Polícia Civil e ao Ministério Público em Muriaé pedido de providências para a apuração de denúncia de abuso de autoridade formulada pela Sra. Hana Luiza Ribeiro Germano e documentos referentes ao caso.

Nº 2.441/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Comando do 3º Batalhão de Polícia Militar, em Diamantina, as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para o reforço do policiamento em Felício dos Santos, em face de denúncia de que os Diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais teriam sido agredidos e ameaçados pelo Prefeito desse Município.

Nº 2.442/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Delegacia de Polícia Civil de Diamantina as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para a agilização das investigações sobre ameaças de morte contra sindicalistas que teriam sido feitas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos.

Nº 2.443/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria do Ministério Público as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para averiguar a conduta do Sr. Enéas Xavier Gomes, Promotor de Justiça da Comarca de Diamantina, no arquivamento de denúncia sobre violações de direitos fundamentais e irregularidades administrativas que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos.

Nº 2.444/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para averiguar as denúncias de irregularidades administrativas que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos.

Nº 2.445/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências para averiguar as denúncias de violações de direitos fundamentais que teriam sido cometidas pelo Prefeito Municipal de Felício dos Santos.

Nº 2.446/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à 19ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 18ª, da 21ª e da 31ª Reuniões Ordinárias dessa Comissão e pedido de providências para apurar as denúncias feitas pela Sra. Fabiana Rocha Marques envolvendo o Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais e o Conselho Federal de Enfermagem.

Nº 2.447/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Comando-Geral da PMMG as notas taquigráficas da 65ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para afastar o Maj. PM Paulo Roberto Medeiros dos quadros da Corregedoria da PMMG.

Nº 2.448/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Superintendência Regional da Polícia Federal as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências relativas às denúncias, feitas pelo Sr. Chico Simões, de sequestro e ameaças de que teria sido vítima a Sra. Rosângela Mendes.

Nº 2.449/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Comando-Geral da PMMG as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências relativas às denúncias, feitas pelo Sr. Chico Simões, de sequestro e ameaças de que teria sido vítima a Sra. Rosângela Mendes.

Nº 2.450/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Presidência do Tribunal de Justiça, ao Juiz Titular do 2º Tribunal do Júri, à Procuradoria-Geral do Ministério Público e à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências com relação a denúncias contra o Sr. Anderson Cleiton El Ariedy, suspeito de latrocínio e homicídio.

Nº 2.451/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Delegado Chefe da 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil, de Uberlândia, pedido de providências para a implantação de um plantão no Bairro Santa Helena.

Nº 2.452/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral pedido de providências para a designação de um Defensor Público para a Comarca de Araguari.

Nº 2.453/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à 1ª e à 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de Lagoa Santa as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências relativamente a denúncias, feitas pela Sra. Bárbara Fonsina Soares Pereira, de supostas agressões verbais e morais praticadas pelos Srs. Carlos Alberto Barbosa e José Quintino Marques, Vereadores da Câmara Municipal de Lagoa Santa, e cópia do Registro de Evento de Defesa Social nº 2011-002284141-001.

Nº 2.454/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Municipal do Idoso de Contagem e à Chefia da Polícia Civil cópia das notas taquigráficas da 66ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para verificar a possibilidade de instalação de delegacia especializada de proteção ao idoso naquele Município.

Nº 2.455/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social e ao Comando-Geral da PMMG as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para assegurar melhor qualidade das imagens geradas pelos equipamentos eletrônicos de monitoramento conhecidos como "olho vivo".

Nº 2.456/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e à Superintendência de Polícia Técnico-Científica dessa corporação pedido de providências com vistas à construção de posto de perícia integrada em Uberlândia.

Nº 2.457/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil e ao Delegado Chefe da 5ª Delegacia de Polícia Civil, de Lagoa Santa, as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para apurar denúncias feitas pela Sra. Bárbara Fonsina Soares Pereira de agressões verbais e morais que teriam sido praticadas pelos Srs. Carlos Alberto Barbosa e José Quintino Marques, Vereadores da Câmara Municipal de Lagoa Santa.

Nº 2.458/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que afaste imediatamente os policiais civis envolvidos no assassinato do Sgt. PM Rafael Augusto dos Reis Resende e para que o policial Alan, também conhecido como "Índio", seja colocado em disponibilidade junto à Corregedoria da Polícia Civil até o final das investigações.

Nº 2.459/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ministra do STF, pelo voto proferido em defesa do integral poder de investigação do Conselho Nacional de Justiça.

Nº 2.460/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Instituto de Criminalística de Minas Gerais a parte das notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão relativa às denúncias, feitas pelo Sr. Chico Simões, de sequestro e ameaças contra a Sra. Rosângela Mendes, em 8/12/2011, e pedido de providências para a recuperação das imagens obtidas nessa data por equipamentos eletrônicos no trecho Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo.

Nº 2.461/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 31ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências com relação às denúncias, feitas pelo Sr. Chico Simões, de sequestro e ameaças contra a Sra. Rosângela Mendes.

Nº 2.462/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que a pavimentação da Rodovia LMG-678, que liga Araçuaí a Novo Cruzeiro e Ladainha, seja incluída no Programa Caminhos de Minas.

Nº 2.463/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado e à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para que seja incluída no Programa Caminhos de Minas a estrada que liga o Município de Manhumirim à BR-116, passando por São João do Manhuaçu.

Nº 2.464/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pedido de providências para implantar a distribuição domiciliar de correspondências no Bairro Renascer e adjacências, no Município de Betim.

Nº 2.465/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Brumadinho e Rio Manso seja incluído no Programa Caminhos de Minas.

Nº 2.466/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Transportes pedido de providências para a construção de passarela para pedestres e limitadores de velocidade nos três trevos de interseção da MG-050 com o perímetro urbano do Município de Piumhi.

Nº 2.467/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao 1º-Sgt. PM Adilson Pereira pelo trabalho realizado no Comando do 7º Pelotão da 15ª Cia. Independente de PMMG, de Sabará, e por sua contribuição para a segurança pública em Caeté.

Nº 2.468/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar e nas Rondas Ostensivas com Cães da PMMG que atuaram em operação que resultou na apreensão de cerca de 15 traficantes no Bairro Betânia, em Belo Horizonte.

Nº 2.469/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados ao Comandante do 26º Batalhão da Polícia Militar pedido de providências para a apuração de denúncias de abuso de poder e perseguição policial no Município de Itabira e cópias das cartas recebidas por esta Comissão denunciando tais irregularidades.

Nº 2.470/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governo da Bahia pedido de providências com vistas à não criminalização do movimento grevista dos policiais em 2012, e para que a Advocacia-Geral do Estado atue para a libertação dos policiais presos em decorrência do aludido movimento.

Nº 2.471/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pela prisão de 17 policiais militares e 11 bombeiros militares no Presídio de Bangu I.

Nº 2.472/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governo do Rio de Janeiro pedido de providências para a transferência dos 17 policiais militares e 11 bombeiros militares presos no Presídio de Bangu I para quartéis.

Nº 2.473/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Wesley Bonifácio da Rocha, Coordenador da Defesa Civil do Município de Jeceaba, pelos excelentes serviços prestados ao Estado durante as últimas enchentes, quando transbordou o Rio Paraoíba.

Nº 2.474/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. do 34º Batalhão da Polícia Militar, pela eficaz atuação na apreensão de três mil comprimidos de "ecstasy", uma porção de haxixe e uma bucha de maconha, na região Noroeste de Belo Horizonte.

Nº 2.475/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao Ten.-Cel. PM José Jacinto de Oliveira Neto pelo brilhante serviço prestado à frente do 33º Batalhão da Polícia Militar em Betim.

Do Deputado Arlen Santiago em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Técnica e Extensão Rural.



Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Bancada do PV e das representações partidárias do DEM, do PSC, do PSB, do PP, do PMN e do PTC e dos Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz, Bonifácio Mourão e Fred Costa.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que hoje, embora seja um período de pré-carnaval, possamos demonstrar ao povo mineiro que estamos aqui para expor os problemas de Minas Gerais e debatê-los. Parabênizo os Deputados por haver quórum. Tomei conhecimento, pelo Twitter e pelo Facebook, da crítica de várias pessoas ao Congresso Nacional. Era uma crítica generalizada ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, por iniciarem o período de carnaval antes do feriado. Fiquei assustado com o número de pessoas que “tuitaram” perguntando se a Assembleia Legislativa iria funcionar e respondi que confiava que os Deputados dariam bom exemplo e que iríamos poder fazer o debate político. Nesta questão de ordem quero elogiar a presença dos Deputados aqui e a existência de quórum, demonstrando-se a vontade da Assembleia Legislativa de debater e se possível, votar projetos e requerimentos. Creio que há alguns temas fundamentais a serem tratados. Além disso, quero tratar de outros temas. O Deputado André Quintão me relatou há pouco o problema do Independência, onde 6 mil lugares foram feitos de tal forma, que dizem ser impossível visualizar o campo. O Deputado André Quintão certamente falará desse assunto. O Deputado Marques Abreu esteve lá também. Preocupa-nos muito, depois de tanto tempo, o Independência ter 6 mil pontos cegos, de onde as pessoas não conseguem enxergar o campo. Também estou preocupado com mais uma crise que está surgindo no sistema educacional. O Governador Anastasia esteve em Brasília, reuniu-se com o Presidente da Câmara dos Deputados e pediu que o reajuste dos professores não fosse de 22%, que é o que está garantido por lei federal. Ele foi pedir que a lei fosse modificada, para ficar apenas em 6,5%. Já houve uma crise em Minas Gerais referente a reajustes pequenos, e o Governador se dá ao luxo de sair daqui para em Brasília reivindicar que, no Brasil inteiro, o reajuste diminua para 6,5%. Outro assunto que me preocupa é referente à segurança pública. Sr. Presidente, o jornal “O Tempo” hoje publicou algo estarrecedor, uma proibição do comando da Polícia Militar de que dados e estatísticas sobre criminalidade sejam repassados à imprensa. Há censura no repasse à imprensa dos dados de segurança pública. O jornal “Hoje em Dia” já tinha mostrado a “maquiagem”: os Comandantes estavam solicitando aos policiais que não lançassem os dados de homicídio, para diminuir a repercussão do desastre da segurança pública em Minas Gerais. Isso já tinha sido anunciado. Agora foi proibido de ser repassado. É a “maquiagem” completa. É o que venho sempre dizendo: infelizmente o governo não resolve o problema. Ele acha que resolver problema é esconder problema. É diferente. Não adianta dizer que está resolvido o problema da segurança pública escondendo e “maquiando” dados. Há um requerimento aprovado do Deputado Sargento Rodrigues, que assinei como coautor, junto com o Deputado Durval Ângelo. Debateremos esse tema em 29/2/2012. Mas hoje o jornal traz mais uma notícia dizendo que o Comando da Polícia Militar solicitou que os dados não fossem repassados. Escondem-se do povo mineiro as estatísticas de segurança pública, esconde-se que aqui é perigoso. Isso significa esconder a realidade do risco das pessoas referente à segurança pública. São três assuntos que considero dignos de discussão nesta Casa. Há o problema do Estádio Independência, dos nossos clubes, de uma obra cara feita dessa forma. E há dinheiro público nessa obra. O que será feito? Já há o problema da Cidade Administrativa, que está se desmilinguindo, como temos denunciado. São problemas em obras, problemas do Hospital João XXIII, problemas na educação. O Governador enfrentou uma greve aqui, e agora quer fazer com que nacionalmente já não haja o reajuste de 22%, que sejam apenas 6,5%. E agora esse problema na segurança pública. Tenho a certeza de que poderemos fazer um bom debate hoje. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas – Sr. Presidente, alguns esclarecimentos são importantes. Nós, do PSDB, do governo, da base aliada, vários companheiros, estivemos também ontem no Estádio Independência, constatamos essa dificuldade, a meu ver, puramente arquitetônica e técnica, e já solicitamos providências junto ao governo para que a empresa que está lá executando a obra, com responsabilidade técnica, faça os devidos rearranjos necessários, porque a visibilidade realmente ficou péssima: as pessoas não conseguem enxergar o gol numa boa partida de futebol. Parabéns à Comissão de Esporte, na pessoa do seu Presidente, Deputado Marques Abreu; ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estava lá representando a Comissão de Turismo, e a todos os outros colegas, inclusive Deputados da Oposição, que estiveram lá conosco. Um segundo esclarecimento: como o Deputado Rogério Correia comentou, não só o Governador Anastasia, mas também vários Governadores, como o Governador Jaques Wagner, estiveram lá para discutir essa questão salarial que aflige os Estados. Conforme disse na tribuna, todo funcionalismo público merece receber um reajuste adequado; no entanto vi pela imprensa - aliás, corrijam-me se estiver enganado - que vários Governadores, como o do Espírito Santo, e Jaques Wagner, da Bahia, estão também mobilizados nesse sentido, porque os Estados e os Municípios não dispõem de recursos para arcar com as despesas necessárias nas três esferas de governo. Já há movimentação em Brasília dos funcionários públicos federais em greve, reivindicando reajuste salarial. É muita séria essa questão dos salários do funcionalismo público nas três esferas de governo. Quanto ao segundo raciocínio, entendo que devo trazer a público um agradecimento ao Governador Anastasia, por meio da Secretária de Cultura, Eliane Parreiras, que vem realizando um trabalho na área cultural muito expressivo. A região recebeu os instrumentos musicais e o aporte nos segmentos culturais. Isso está fazendo com que as pessoas voltem a ficar motivadas no segmento cultural, na arte e na história. Realmente Minas Gerais tem muito a oferecer. Parabênizo o Senador Aécio Neves, que, há alguns anos, vem intermediando junto ao empresário Eike Batista a possibilidade da vinda de uma empresa de Taiwan para Minas Gerais, em parceria com a EBX, para gerar mais emprego e renda. Trata-se da produção de eletrodomésticos e telas para aparelhos eletrônicos. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. tem acompanhado esse assunto. Tenho a certeza de que isso trará benefícios à região de Minas a ser escolhida para esse grande empreendimento, numa parceria com a Foxconn, que é uma empresa de Taiwan e que poderá receber um aval do governo de Minas, na forma dos incentivos fiscais necessários. Parabênizo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está sempre atento na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e que, neste momento, trabalha pela instalação dessa indústria, com a possibilidade real de gerar empregos. Sabemos que Minas Gerais já tem tradição nessa área. Tem mão de obra qualificada para tanto. A consequência é o aumento de empregos e renda. O Senador Aécio Neves é particular amigo do empresário Eike Batista. Na próxima reunião da Comissão de Turismo, espero que se promova a realização de uma audiência pública



com representantes dessa empresa, que já possui quatro indústrias instaladas em território brasileiro. É fundamental realizarmos audiência pública, para que, nesse contexto, atendamos à demanda por empregos em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, muito obrigado. Ontem estivemos no Estádio Independência, juntamente com vários Deputados e Deputadas que foram visitar aquela obra magnífica. Fiquei espantado pela sua grandeza num espaço tão pequeno. É lógico que, como os outros Deputados presenciaram, temos lá 6 mil cadeiras, que não permitem boa visibilidade; no entanto há 19 mil que detêm visibilidade magnífica. Talvez poucos estádios do mundo - aliás, não estou falando nem do Brasil - tenham uma visibilidade tão privilegiada para assistir a uma partida de futebol. Não podemos olhar só os pontos negativos, e aqui estamos nos referindo aos positivos. Estivemos num gramado!... Estava com o Deputado Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, que elogiou uma obra daquela envergadura. Há vários fatores positivos: 19 mil lugares que, com certeza, abrigarão confortavelmente os torcedores, um gramado magnífico e a logística do estádio. O Estádio Independência tem condições de abrigar os jogos em Belo Horizonte. Sabemos que alguns jogos têm de ser realizados aqui, até para dar oportunidade às pessoas que gostam do esporte.

Saímos do Independência e fomos ao Mineirão, onde encontramos outra obra magnífica. Fiquei espantado com uma obra tão grande, imensa, que, com certeza, fará não apenas do Mineirão um palco de eventos esportivos, mas também abrigará o comércio, fazendo com que aquele local, que, muitas vezes, era ocioso, produza muitos empregos. Então, deixo aqui meus elogios ao governo. Sem a mão do governo, não iria haver uma obra tão grande como essa. Sr. Presidente, gostaria de comentar um outro assunto. Tenho a certeza de que outros Deputados têm também andado pelo Estado de Minas Gerais. Trata-se da realidade das nossas BRs. Tenho andado na BR-356, que interliga as cidades de Patos de Minas e Patrocínio, no Triângulo, onde presenciei uma coisa incrível: o balé das carretas. É algo coisa impressionante: as carretas cruzam as estradas, trazendo insegurança e provocando acidentes. Isso é o que está ocorrendo nas estradas federais do Brasil. Não é somente lá. Se você pegar a BR-251, que interliga as cidades do Norte de Minas, de Montes Claros até Salinas, há buracos que são verdadeiras crateras, em que cabe um carro. É um absurdo a falta de investimento do governo federal nas estradas de Minas. A BR-381, que é conhecida como "Rodovia da Morte", vem provocando, cada vez mais, acidentes, por falta de investimentos para a duplicação. Não precisamos ir muito longe, há também o Anel Rodoviário, que tem de ser construído em Belo Horizonte. O trânsito está cada vez mais sufocado, estrangulado e engessado. V. Exas., Deputados, que também andam por aí, presenciam isso. Minas Gerais tem de fazer mobilização junto ao governo federal. É inaceitável que o governo não invista em Minas. Por mais que existam as divergentes correntes políticas, precisamos dar, pelo menos, segurança e tranquilidade, para que os mineiros possam andar em paz em nossas estradas. Deixo esta cobrança por uma mobilização de Deputados, principalmente os Deputados da base de apoio da Presidente Dilma. Já que ela diz que é mineira, que nasceu em Belo Horizonte - não parece, mas ela diz -, que tenha um pouquinho mais de cuidado e olhe um pouco mais para Minas Gerais, porque somos entes federados, somos mineiros, somos brasileiros! Isso é um direito de quem paga impostos. Que o dinheiro dos nossos impostos seja dividido igualmente entre os entes da Federação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde. Estou inscrito e hoje espero ocupar a tribuna - da última vez em que me inscrevi, foi solicitada verificação de quórum, porque havia poucos Deputados -, para falar do balanço, da lei sancionada pelo Governador Anastasia, do PPAG e do Orçamento. É uma espécie de balanço do que foi aprovado em relação às emendas populares. Neste momento em que ouço os colegas Deputados, eu, que sou membro da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, gostaria de mencionar a visita realizada ontem ao Estádio Independência e ao Mineirão. Considero que alguns assuntos não podem nem devem ser tratados pelo viés governo e Oposição, PSDB e PT. São alguns assuntos universais, que dizem respeito ao direito do cidadão, principalmente quando discutimos Copa do Mundo, esporte e futebol. Começo nessa linha, também concordando com quem disse que o Independência, antigo Campo do Sete de Setembro, no Horto, de fato, está ficando muito bonito. Trata-se de uma obra muito vigorosa e tem tudo para se transformar em um espaço bastante prazeroso para quem for lá assistir aos jogos em Belo Horizonte. Não há dúvida alguma quanto a isso. Entretanto, existe um problema, que não deve ser nem explorado demais, nem escamoteado. Não podemos nos ater ao fato de que a obra é maravilhosa. Ela é, mas apresenta problema. Vou expor a minha posição: o Corpo de Bombeiros fez uma exigência. Não sei se tecnicamente, mas a resposta a essa exigência foi a mais adequada. Não sou engenheiro e não gosto de dar palpite no que não entendo. Sou assistente social, mas sou torcedor, vou ao estádio, e todos os Deputados do PSDB e do PT assentaram-se e confirmaram que, com aquela grade, não há visibilidade. Então há um problema, e ele tem de ser resolvido. Temos de ser muito objetivos; não devemos fingir, sabem por quê? Porque depois haverá a inauguração, e estarão lá a Rede Globo nacional, a Bandeirantes nacional, enfim a imprensa nacional, que "cairá de pau" naquilo. Eles dirão que a nossa comissão, nós, Deputados, estivemos lá e não fizemos nada. Sobrará para a Assembleia Legislativa. Então temos de falar. O Deputado Fabiano é membro titular da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e está fazendo um belo trabalho. O Deputado Marques organizou a visita. Então devemos ajudar a encontrar uma solução. Estão falando que ali será uma geral. E, para assistir aos jogos dali, sinceramente, é preciso ficar de pé. Então, parece que a solução, a princípio, é não mexer, baratear o ingresso e assumir que ali será a geral. Haverá o fato de que ali será uma geral no terceiro andar, diferentemente daquela outra, onde por tantas vezes fiquei na ponta dos pés para assistir aos jogos no Mineirão. Lá a pessoa ficará em pé, mas terá uma vantagem: quando se cansar, poderá se assentar. Mas será que isso é solução? Eu, sinceramente, não teria coragem de defender publicamente uma posição dessa. Estou falando isso aqui porque ainda há tempo. Já que atrasou tanto - e atrasos são normais -, é melhor entregar uma obra "redonda". De fato, Deputado Rogério Correia, devemos elogiar. O estádio ficará belíssimo mesmo. Há muita coisa boa, como o gramado e a forma. Devemos elogiar o que foi bem feito. Estamos aqui falando apenas do Independência, mas o Mineirão está com as obras no cronograma certo. Estivemos também lá. As obras estão em pleno andamento. Mas o problema do Independência não é um problema lateral. Às vezes, é dito: "Só tem um probleminha: em 6 mil lugares não há como assistir aos jogos". Então esse não é um probleminha. Serão 6 mil pessoas que estarão lá, presentes. Então apenas queria dar esse testemunho, elogiando a obra e todos os envolvidos nessa empreitada, mas dizendo que talvez seja melhor atrasar um pouquinho e encontrar uma solução definitiva. Assumirão que é geral? Se sim, haverá segurança para todos assistirem ao jogo em pé? Será preciso fazer uma adequação? Mas é

preciso assumir isso publicamente, porque, caso contrário, ficará ruim para nós, Deputados. Hoje mesmo as pessoas me questionaram sobre o que faremos, já que fomos lá e vimos que há problema de visibilidade. E aí? Esse não é um probleminha. Em nome do bom senso, errar é humano, as pessoas podem errar. Às vezes o Corpo de Bombeiros ou outro órgão tenham exigido uma adequação, que foi feita, mas não tiveram o cuidado de ver a implicação da adequação. Não há nenhum problema em errar. É melhor consertar o erro do que vendar os olhos diante dele e tentar justificá-lo. Sinceramente, a sociedade hoje é muito madura, os jornais estamparam. Falo isso sem nenhum tipo de ataque ao governo, pois não é o caso. Temos de buscar uma solução. Quem foi lá viu, os Deputados viram, todos tiraram fotos, e V. Exa., Deputado Dalmo, também esteve lá. Devemos cobrar democraticamente do governo uma solução. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares - Serei breve ao abordar dois assuntos. Primeiramente, o Deputado André Quintão tem razão ao dizer que devemos tratar alguns assuntos de maneira suprapartidária. Críticas precisam ser feitas quando necessárias. No caso do Estádio Independência, quanto a essa crítica a respeito dos 6 mil pontos parcialmente cegos, já adianto o que o Secretário Sérgio Barroso disse: o governo do Estado já está estudando uma solução para o problema desses 6 mil pontos, que existem. Estivemos lá ontem, e a Comissão de Obras Públicas também foi, a requerimento de minha autoria, e verificamos que esses 6 mil lugares têm problemas de visão parcialmente comprometida. Creio que muito mais por conta da insensibilidade do Corpo de Bombeiros do que do próprio governo do Estado. É importante deixar claro que essas críticas estão acontecendo porque o estádio foi todo reconstruído com recursos do caixa estadual. O governo federal não ajudou em absolutamente nada na reconstrução do Estádio Independência, apesar de ter-se comprometido a fazê-lo há dois ou três anos, quando o projeto havia ficado pronto. Mas o Secretário Sérgio Barroso já disse que esse problema será resolvido. Discordo do Deputado André Quintão quando diz que temos de esperar a solução para inaugurar o estádio. O Deputado Duílio foi muito inteligente e brilhante quando disse que, de 25 mil lugares, temos 19 mil com a visão perfeita e maravilhosa, praticamente dentro do campo de futebol, prontos para que os 19 mil torcedores possam acompanhar o jogo. Então, por que não inaugurar? Nós, belo-horizontinos - eu, V. Exa., tantos outros, e tenho certeza de que a grande maioria da população que gosta de futebol -, já estamos com saudade de acompanhar jogos do Atlético, do Cruzeiro e do América em Belo Horizonte, coisa que não fazemos há mais de dois anos. Isso prejudicou os times de Minas nos campeonatos nacionais. Então, o que precisamos é inaugurar o estádio e ter essa boa vontade e afirmação do Secretário de que o problema será resolvido, no mais tardar, em três meses. Acredito na palavra do Secretário e na palavra do governo do Estado. Nos 2 minutos que me restam, quero chamar a atenção para um fato que vem acontecendo repetidas vezes nos últimos anos. O governo federal tem feito política com o chapéu alheio. Ele o fez recentemente ao aprovar a regulamentação da Emenda nº 29, obrigando Estados e Municípios a gastarem mais dos seus Orçamentos anuais com a saúde, tirando o corpo fora quando se tratava de suas próprias obrigações. Apenas Estados e Municípios, Deputado Rogério, têm de ter mais uma vez afrouxadas suas contas para investir em saúde. Existe, sim, a necessidade de investir mais em saúde, mas não deixando o governo federal de fora. Aquele que concentra em suas mãos mais de 70% das riquezas e das receitas do País se isentou da obrigação de investir mais em saúde. Exemplo claro tivemos ontem, quando foram anunciados mais de R\$55.000.000.000,00 nos cortes do Orçamento federal em 2012. Desses 55 bilhões de reais, R\$5.700.000.000,00 foram cortados da saúde. Ora, se o governo federal trabalhou tanto no final do ano, fez festa e soltou serpentina antes mesmo do Carnaval, para comemorar a regulamentação da saúde, tinha de ser ele o primeiro a dar bom exemplo, aumentando o valor do orçamento para a saúde. No entanto, ele está cortando quase R\$6.000.000.000,00 para o ano de 2012. Mais do que isso, agora, com a questão do piso salarial dos professores, a União não ajuda os Estados a pagarem um centavo sequer do salário do professores. Além disso, quer dar um reajuste de 22%, como se fosse o patrão ou aquele que assina o cheque. E sabemos que não é. Há Estados leais e ligados ao governo federal que estão contra. É o caso do Governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, do Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e do Governador da Bahia, Jaques Wagner. O Deputado Rogério Correia tem falado que o Jaques Wagner depois se colocou contra. Segundo as matérias veiculadas nos jornais, esses Governadores, juntamente com o de Minas, foram a Brasília reivindicar que o aumento fosse de 6,5%, para não inviabilizar, ainda mais, as contas dos Estados, principalmente em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos parar com isso, Presidenta Dilma! Não faça mais graça com chapéu alheio. Quer fazer graça? Rediscuta o pacto federativo. Vamos fazer uma nova divisão das receitas. Quer fazer graça? Sente-se para renegociar as dívidas com os Estados. A União hoje trabalha como agiota junto aos Estados Federados. É dessa maneira que ela poderá fazer graça com os Estados e com os seus cidadãos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Arlen Santiago - Obrigado, caro Deputado Dalmo Ribeiro, grande representante do povo mineiro, especialmente do povo do Sul de Minas, nesta Assembleia. Venho aqui hoje para dizer que o Tribunal de Contas da União fez uma avaliação sobre como está indo a saúde dos brasileiros, principalmente daqueles que acabam sendo acometidos por um câncer, como aconteceu com a Presidente Dilma e com o Presidente Lula. O Tribunal de Contas apontou que o prazo médio entre o diagnóstico e o início do tratamento do câncer, infelizmente, está sendo de quatro a cinco meses. O Presidente Lula começou o tratamento uma semana após receber o diagnóstico. A Dilma ficou curada, e queremos que o Lula também se cure. Sou cancerologista e fiquei muito preocupado com uma questão. Vimos o Secretário de Articulação do Governo Lula ir para a saúde, o Ministro Alexandre Padilha, que tem uma grande oratória, uma grande inteligência e uma grande sensibilidade social. Além disso, o nosso amigo Helvécio Magalhães foi para a Secretaria de Assistência à Saúde. Diante disso, falamos: "A Presidente Dilma está querendo melhorar a área da saúde." Nem se fala mais aqui sobre a infima tabela do SUS, que tem feito com que os hospitais passem por grandes problemas. Mas o Padilha está com vontade de resolver isso, tem tentado melhorar a gestão e algumas outras situações, bem como o Helvécio. No entanto, vem a equipe econômica da Presidente Dilma e faz um corte no orçamento de quase R\$6.000.000.000,00, contrariando, frontalmente, a Emenda nº 29. É lógico que isso terá de ser corrigido. Isso é para assustar o povo? É para fazer o quê? Então, em nome dos brasileiros, queremos pedir à Presidente Dilma que diminua o poder da equipe econômica e que dê mais poder ao Alexandre Padilha, porque ele faz um bom trabalho e fará um trabalho ainda melhor, já que é assessorado pelo mineiro Helvécio Magalhães. Queria registrar que a classe médica está estupefata, os hospitais e os Prefeitos estão desorientados, porque o que recebem do SUS não dá, na maioria das vezes, nem para pagar o custo de um procedimento. Infelizmente, vemos uma notícia de primeira página, com alarde em toda a imprensa, de



que o governo federal, além de não ter destinado novos recursos à área da saúde, ainda cortou quase R\$6.000.000,00, atrapalhando o trabalho que o Alexandre Padilha está fazendo naquele Ministério. Acredito que, por se tratar de uma pessoa que tão bem esteve no Ministério da Articulação Institucional e tão bem tem trabalhado no Ministério da Saúde, se isso se concretizar, provavelmente, teremos uma grande perda, pois ele pedirá para sair do Ministério. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço a deferência de V. Exa., quero falar porque estou vendo algumas questões de ordem prejudicarem os oradores inscritos. Isso é lamentável! Ontem mesmo o Presidente, Deputado José Henrique, lamentava a situação e falava que cumpriria o Regimento. Hoje vemos outros Deputados falarem assuntos diversos que nada têm a ver com questão de ordem, mas já que lhes foi permitido falar, temos de responder às questões apresentadas. Os oradores que nos antecederam mostraram que o percentual pedido pelos Governadores, já citados, se fosse menor, ajudaria para dar reajustes na área de educação. Ressalto que a vontade dos Governadores é dar o melhor reajuste possível. Temos de olhar a situação financeira de cada Estado brasileiro e até de cada Município. Por quê? Porque a concentração de toda a arrecadação está praticamente na União. Cerca de 70% de tributos arrecadados neste País fica em Brasília. Não é só isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a questão da dívida pública, objeto de um encontro histórico na última segunda-feira neste Plenário, contou com a presença de inúmeros Presidentes de Assembleias Legislativas e de Secretários da Fazenda de diversos Estados. Aqui, mostrou-se que o BNDES está cobrando juros de 5,7% para o devedor que tenha boa garantia, seja particular ou não. Os Estados brasileiros que devem à União têm plena garantia. Por quê? Porque se não pagarem, será descontado do FTE. Portanto não há perigo de os Municípios não pagarem. Ora, se o BNDES cobra juros de 5,7% de empresa particular, por que cobrar 7,5% de Minas Gerais e mais IGP-DI, chegando a quase 20%? Por que o Brasil está emprestando dinheiro para a Bolívia, para o Gabão, para Cuba e assim por diante com juros muito menores do que empresta para os Estados brasileiros? É esse dinheiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está levando os Estados a uma situação lamentável em termos financeiros. Essa situação prejudica os servidores de modo geral, prejudica o nosso professorado, prejudica as obras na área da educação, da saúde, do meio ambiente, da segurança, da infraestrutura urbana e assim por diante. Isso tem de ser dito aqui. Não se pode ficar jogando a culpa no honrado Governador Antonio Augusto Anastasia.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro lamentável. No final da semana, estive em Paraopeba e visitei alguns bairros, acompanhado de algumas lideranças. V. Exa., que tem acompanhado o trabalho das comissões nesta Casa, pôde notar a situação nas visitas que fizemos nos locais onde houve as enchentes, as catástrofes que aconteceram no princípio de 2012. As cidades estão totalmente esburacadas. A água acabou com o asfalto, as barreiras que caíram provocaram um desespero muito grande. Ao passar em Paraopeba com algumas lideranças, notei que não há rio dentro da cidade. Presidente Dalmo, por curiosidade, V. Exa. pôde visitar esse Município, especialmente o Bairro Nossa Senhora de Lourdes, salvo engano. Fiquei estarrecido com o que vi: ruas esburacadas, sem condições sequer do tráfego de pedestres. O descaso é completo por parte da administração municipal. A comunidade não sabe a quem recorrer, a cidade está totalmente esburacada, os passeios estão cheios de entulhos e lixo. Fiquei com pena do pessoal ao visitar algumas residências. As pessoas pediam pelo amor de Deus que conseguíssemos recursos para fazer pelo menos o tapa-buraco. Essa situação me deixou bastante triste, Deputada Maria Tereza. Parece que não há administração pública, a cidade está jogada às traças e às baratas. Realmente, a comunidade depende do poder público, e há lixo amontoado nas ruas e nos passeios. De fato, a situação é muito difícil. Sr. Presidente, pedimos providências a alguns Vereadores, para que a administração de Paraopeba socorra as famílias mandando caminhões para pegar o lixo, o entulho que está jogado no centro. Acompanhado de algumas pessoas, pude constatar a tragédia que está acontecendo no Município. Infelizmente, não há intervenção alguma há dois, três anos, por parte da administração municipal. Temos de deixar registrado para todo o Estado de Minas Gerais que há uma cidade em que, lamentavelmente, os quatro anos de mandato do atual Prefeito deixam a desejar. A população não vê a hora de chegar outubro e fazer a mudança necessária para que haja ordem e as pessoas realmente possam transitar de carro pelos bairros, pois, hoje, o risco é muito grande, há muitos buracos, Sr. Presidente. Fiquei triste, porque tenho uma votação expressiva naquela cidade. Sempre queremos ajudá-la, mas, infelizmente, a administração não colabora para executar os serviços necessários. Gostaria que fosse registrada nos anais da Casa a má administração municipal de Paraopeba.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Rogério Correia e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Fabiano Tolentino) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.437/2012, da Comissão de Saúde, 2.438 a 2.461/2012, da Comissão de Direitos Humanos, 2.462 a 2.466/2012, da Comissão de Transporte, e 2.467 a 2.475/2012, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Bancada do PV e pelas representações partidárias do DEM, PSB, PSC, PP, PMN e PTC - informando a constituição do Bloco Avança Minas e indicando o Deputado Tiago Ulisses para Líder do referido Bloco; e pelo Deputado Bonifácio Mourão - informando a constituição do Bloco Transparência e Resultado - BTR -, integrado pelas Bancadas do PSDB, PSD e PTB e pelas representações partidárias do PHS, PPS,



PR, PRP, PRTB e PTdoB, informando a indicação de seu nome para Líder do referido Bloco e indicando o Deputado Gustavo Valadares para Líder da Maioria (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Presidente, pedirei verificação, pois não há número regimental. Justifico aos Deputados a motivação disso: existe um requerimento feito pelo Deputado Domingos Sávio, em nome do PSDB de Minas Gerais, que pede instalação de comissão de ética contra este Deputado por assuntos que não me cabe aqui agora discutir. Evidentemente, é necessário haver um resultado desse procedimento na Assembleia. Fato é que o Deputado (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente), como é o Deputado Domingos Sávio, pediu até mesmo que este Deputado fosse cassado. Disse isso à imprensa, colocou essas questões como um todo, e o Presidente da Assembleia não resolve essa questão, não arquiva o processo. Não há nenhuma base jurídica ou de prova; nenhum Deputado Estadual deu aval a essa questão, mas ela continua. Eu, como Líder da Oposição, tenho sobre mim uma espada na Assembleia Legislativa, como se pudesse ser usada de qualquer forma, no intuito de cassar um mandato democrático popular. Ora, a Assembleia Legislativa não pode funcionar dessa forma. Se há dúvida em relação a alguma questão sobre este Deputado, que façam investigações, que abram uma comissão parlamentar para as questões serem averiguadas, mas simplesmente deixar o processo rolar e a Oposição ser chantageada com o procedimento de pedido de comissão de ética ou de cassação, sinceramente não é possível. Então a obstrução que fazemos tem esse sentido, e, por isso, peço a V. Exa. que, não havendo número regimental, encerre, de plano, a reunião.

O Deputado João Leite - Peço a retirada do termo (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente) designando um Deputado do PSDB. Peço a retirada desse termo agressivo.

O Deputado Rogério Correia - Pedi o encerramento e repito: o Deputado Domingos Sávio é (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente). Falo quantas vezes quiser.

O Sr. Presidente - Ele merece o respeito da Assembleia e de todos os parlamentares, assim como V. Exa. Então, a Presidência determina que seja expungido o referido termo.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 817 e 1.220/2011, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011 e, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed -, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 7/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma a seguinte decisão: dispõe sobre a ordenação de despesas para transporte e alimentação dos premiados no Concurso de Redação "Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas". Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Osmio Confecções Ltda., tendo como objeto a compra de vestuário para apresentadores e repórteres da TV Assembleia - parecer favorável à alteração do nome e endereço empresarial, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Faxcom Comércio e Manutenção Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos de fax - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação mútua entre os partícipes na realização de perícias e elaboração de laudos técnicos envolvendo normas de saúde no trabalho, na área de cardiologia e psicologia - parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Proativa Serviços de Conservação e Limpeza Ltda., tendo como objeto o fornecimento de onze auxiliares de serviços gerais - parecer favorável ao reajustamento de preço, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Wilson Ferreira de Almeida, tendo como objeto a apresentação de show musical da dupla Marcelinho de Lima e Camargo e Banda, como parte das comemorações da Semana do Servidor - parecer favorável à contratação, feita por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Megatour Transportes e Locação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de locação de transporte rodoviário, com serviço de motorista, em van, a ser utilizado em viagens na Região



Metropolitana de Belo Horizonte e demais localidades do território nacional, incluindo seguro total – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Construtora Mattos Baracho Ltda., tendo como objeto a reforma do Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 80/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 16 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.524/2011, acrescenta o art. 2º-A à Deliberação da Mesa nº 2.462, de 29 de outubro de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo, incluindo seguro aeronáutico para cobertura de sinistros – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 85/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Lar dos Idosos São Judas Tadeu, no Município de Matozinhos, tendo como objeto a doação de bem móvel declarado inservível – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vivo S.A., tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vivo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de tráfego de dados para acesso à internet móvel 3G – parecer favorável à alteração da contratada, por transferência do Termo de Autorização, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sicoob Cofal, tendo como objeto a regulamentação da forma operacional a ser implementada para viabilizar a obtenção de empréstimo pelos servidores, relativo às diferenças salariais decorrentes da aplicação da Resolução nº 5.323/2009, e consequente consignação em folha de pagamento das obrigações por eles assumidas – parecer favorável à alteração de cláusula contratual, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Máxis Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados em impressão departamental centralizada – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 28 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 28 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 28/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à



distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, por meio de plano privado – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Mantenedora do Museu das Minas e do Metal, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes, visando à utilização das redações vencedoras do concurso sobre o tema “Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas” pelo Museu, que disponibilizará visita presencial aos vencedores do concurso em suas dependências – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Consórcio Faz e Brarez Total, tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade e de atividades complementares – parecer favorável à prorrogação, com ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAO-IJ – pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações – Copoms – por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas a denúncias feitas à Comissão – parecer pela aprovação; Projeto de Lei nº 2.694/2001, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice da tabela de vencimentos básicos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, na forma proposta – aprovado; Projeto de Resolução nº 2.695/2011, da Mesa da Assembleia, que altera os incisos I e II do “caput” do art. 5º da Resolução nº 5.214, de 23 de dezembro de 2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, na forma proposta; Projeto de Resolução nº 2.696/2011, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a prestação de contas da Assembleia Legislativa e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, na forma proposta; Projeto de Resolução nº 2.697/2011, da Mesa da Assembleia, que institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, na forma proposta; ao Deputado José Henrique, Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social – Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.343/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Companhia do 49º Batalhão da Polícia Militar pedido de informações, por meio de relatório mensal, sobre as ocorrências em sua área, de janeiro deste ano até a presente data, as quais não foram recebidas com celeridade pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – parecer pela aprovação; Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da ação 4147 – Criação de Pequenos Animais – Piscicultura – em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.814/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre os valores arrecadados a partir da instituição, pela Lei nº 14.938/2003, de Taxa de Incêndio, e sobre a aplicação desses valores, e pedido de providências com vistas a que, ao fim de cada ano civil, a comissão receba as informações ora solicitadas – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 1.816/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da estação de tratamento de esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas – parecer pela aprovação; ao Deputado Paulo Guedes, Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – DEOP-MG – e ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária daquela Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem, e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009 no Município de Nanuque, em que uma criança teve seu



corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente à empresa – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja inserido no anais da Casa o artigo intitulado “Humanismo Transigente”, da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal “Estado de Minas” de 6/8/2011 – parecer pela aprovação; ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, Requerimento nº 1.321/2011, da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.367/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - , cuja finalidade seria disponibilizar recursos financeiros para a execução de ações de desenvolvimento urbano nas áreas conurbadas da RMBH, tendo em vista o estado de carência de infraestrutura urbana no Bairro Castanheiras, localizado na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e de Sabará – parecer pela aprovação; ao Deputado Jayro Lessa, Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal “Estado de Minas” de 28/5/2011, intitulada “Renegociação Necessária”, de autoria do Deputado Federal Eduardo Azeredo – parecer pela aprovação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 29 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 3/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vivo S.A., tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais – parecer favorável à alteração da razão social da contratada, por transferência do Termo de Autorização para prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Método Telecomunicações e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento, instalação e configuração de dois terminais de telefonia AC-Win IP, incluindo todo o hardware necessário e as respectivas licenças – parecer favorável à contratação, oriunda da adesão à Ata de Registro de Preços nº 15/ADSE-2/2RSE/2010 da Infraero, PE 134/ADSE-2/SRSE/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva de aeronave Xingu – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 67/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 7 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma a seguinte decisão: autoriza, a título de antecipação, o repasse ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg -, de valor para composição da reserva técnica para benefícios a conceder, com base no Parecer Técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.523/2011, a Mesa abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa utilizando como fonte recursos



resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária dos Moradores de Brasilândia, tendo como objeto a doação de bem móvel declarado inservível – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – do Município de Pratinha, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e José Alberto Fonseca, tendo como objeto a prestação de serviços como entrevistador, comentarista e debatedor nas gravações do Programa “Minas é Muitas”, da TV Assembleia, e de acompanhamento do processo de produção e edição do programa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Santa Casa de Caeté, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Siotech Ar Condicionado Ltda., tendo como objeto o serviço de instalação de sistemas de condicionadores de ar nas salas de transmissão de sinal da TV Assembleia localizadas na Serra do Curral, com fornecimento de equipamentos, componentes e materiais – parecer favorável à ampliação do contrato em 9,11% (nove vírgula onze por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – do Município de Lambari, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 21 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 21 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/11/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de outubro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de outubro de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/10/2011, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Royal & Sunalliance Seguros do Brasil S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Caixa Econômica Federal, tendo como objeto a concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis residenciais aos servidores – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Akai Locadora de Caçambas Ltda., tendo como objeto a coleta e remoção de entulho por meio de caçambas estacionárias – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a execução de reparos emergenciais em quatro elevadores do Edifício Carlos Drummond de Andrade, com fornecimento de componentes e peças – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 2.694/2011, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice da tabela de vencimentos básicos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de



Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 5 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 5 de dezembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE IVONEI ABADE BRITO PARA O ITER-MG, EM 15/6/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Henrique, Arlen Santiago e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública do Sr. Ivonei Abade Brito indicado para o cargo de Diretor-Geral do ITER, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 31/2011, do nome do Sr. Ivonei Abade Brito para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (relator: Deputado Arlen Santiago). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2012.

Luiz Henrique, Presidente - Arlen Santiago - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/2/2012

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Almir Paraca (os dois últimos substituindo os Deputados Durval Ângelo e Paulo Lamac, respectivamente, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Nívia Mônica da Silva, Promotora de Justiça, Coordenadora do CAO-DH, informando que as notas taquigráficas recebidas foram remetidas à Promotoria de Justiça da Comarca de Capelinha; Elba Rondino, Procuradora de Justiça, informando que foi oferecida denúncia contra o Sr. Antônio José Rabelo, Prefeito Municipal de São Geraldo da Piedade; Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública Federal, informando que foi proposta ação civil pública, sob o nº 26644-75.2011.4.01.3800, na 8ª Vara da Justiça Federal; Antonia Alves da Silva, pedindo ajuda desta Comissão para seu filho Valdivino Alves de Lima, que se encontra doente em Januária; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, informando que a situação na Comunidade Zilah Sposito encontra-se normalizada, inclusive com a construção de novas moradias; Antônia Lúcia Pereira Lima, encaminhando abaixo-assinado e manifestação contrários ao fechamento da Feira Mineira de Artesanato do Mineirinho e pedido de providências para que os comerciantes possam continuar expondo seus produtos; do Ten.-Cel. PM Marco Antônio Bicalho, Subcorregedor da PMMG, informando que os fatos relatados na reunião já foram apurados em dois inquéritos policiais militares que se encontram em apreciação nas 1ª e 3ª Auditorias da Justiça Militar e, relativamente à área de conflito agrário entre fazendeiros e quilombolas, que as ações estão sendo capitaneadas pelo Comando-Geral; do Deputado Doutor Wilson Batista solicitando a esta Comissão seja encaminhado à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, ao Governador do referido Estado e ao Prefeito Municipal de Ipojuca pedido de providências com relação a denúncia de agressão sofrida por vendedores ambulantes no balneário de Porto de Galinhas, em 9/12/2011, e perpetrada por três guardas municipais; dos Srs. Antônio Paulino, detento no presídio regional de Governador Valadares, pedindo a esta Comissão assistência médica; Denilson Aparecido Martins, Presidente do Sindpol-MG, solicitando providências para o restabelecimento do pleno funcionamento do Hospital da Polícia Civil; Fernando Teixeira Frota Soares, Corregedor da Secretaria de Estado de Defesa Social, informando que serão tomadas providências para apuração de supostas irregularidades na administração do presídio de Sete Lagoas; João Medeiros Silva Neto, Promotor de Justiça, justificando sua ausência na reunião desta Comissão realizada em 13/12/2011; Thiago Dutra Vaz de Souza, Defensor Público, encaminhando cópia de relatório referente ao monitoramento feito no Ceresp São Cristóvão e pedindo providências para fazer cessar a violação dos direitos fundamentais dos reeducandos custodiados nas unidades prisionais do Estado; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Célia Ribeiro Vasconcelos, Presidente do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte; Maria Emília da Silva, Coordenadora do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania em Minas Gerais; Daniza Maria Haye Biazevic, Promotora de Justiça; Gilda Alves Correia, Coordenadora de Ações em Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia; Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário; dos Srs. Celso Ávila Prado, Superintendente de Investigações e Polícia



Judiciária da Polícia Civil; Fábio Soares Valera, Genebaldo Vitória Borges, Márcio Oliveira Pereira e Marcus Paulo Queiroz Macêdo, Promotores de Justiça da Comarca de Araxá; Carlos Geovane Rodrigues Queiroz, Gerente de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; Lafayette de Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social; Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte; Bruno Eduardo de Oliveira Lopes, Delegado de Polícia Federal; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG; Cel. PM Matuzail Martins da Cruz, Diretor de Assuntos Institucionais da PMMG; Marcelo Libanio Coutinho, Superintendente da Fundação Nacional de Saúde no Estado (substituto); Luiz Carlos Danunzio, Diretor-Geral do Complexo Penitenciário Nelson Hungria; Antônio Marcos Alvim Soares, Corregedor-Geral de Justiça; Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego; Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai (12/1/2012); da Sra. Camila Pereira Pinto de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social; dos Srs. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia da Ouvidoria-Geral do Estado; Guilherme Zambarda Leonardi, Assessor da Secretária Nacional de Segurança Pública (18/1/2012); das Sras. Marolinta Dutra, Chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civi e de Relações Institucionais; Fernanda Tavares Cavalcante, da Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição do Conselho Nacional do Ministério Público; Flávia Mourão Parreira do Amaral, Secretária de Administração Regional Municipal Venda Nova; Camila Pereira Pinto de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social; do Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; dos Srs. José Carlos de Mattos, Presidente em exercício da Cemig; André Segantin Luiz, Assessor do Ministro da Saúde; Rodrigo Morais Fernandes, Delegado de Polícia Federal; Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; do Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; do Sr. Sadi Pansera (substituto), Ouvidor Agrário Nacional (24/1/2012); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civi e de Relações Institucionais; dos Srs. Hugo Hareng de Lima Quirino, Chefe de Gabinete do Ministério das Cidades (substituto); Lafayette de Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Incra-MG (28/1/2012). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião para obter esclarecimentos sobre a matéria, veiculada no jornal "Hoje em Dia" de 6/2/2012, que noticia que "PMs são obrigados por superiores a manipular boletins de ocorrência para reduzir estatísticas de crimes violentos"; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater possível violação de direitos humanos na comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, nesta Capital; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a demissão de professores, a redução do número de alunos no período noturno e a insatisfação dos alunos com os atos administrativos da atual direção do Colégio Estadual Ordem e Progresso; Durval Ângelo (11) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação dos moradores dos edifícios interditados no Bairro Buritis, nesta Capital; sejam encaminhados à Corregedoria-Geral do Ministério Público as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta Comissão, os documentos referentes ao caso e pedido de providências para que se apure a conduta da Promotora de Justiça da Comarca de Lagoa Santa, Janaini Keilly Brandão Ferreira, tendo em vista denúncias de desrespeito à legislação ambiental federal e estadual, especialmente ao Decreto-Lei nº 25, de 1937, bem como de descumprimento da decisão proferida em 25/11/2011 pelo Conselho Superior do Ministério Público; sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à Procuradoria da República em Minas Gerais, à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, à Promotoria de Justiça Metropolitana de Habitação e Urbanismo, e à Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco – Regional Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta Comissão, os documentos referentes ao caso e pedido de providências para que se apure a ocorrência de irregularidades ambientais no Município de Lagoa Santa, tendo em vista denúncias apresentadas durante a reunião acima mencionada; sejam encaminhados à Defensoria Pública da União em Minas Gerais as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta Comissão, os documentos referentes ao caso e pedido de providências para que provoque a Justiça Federal, no que couber, a respeito das denúncias de intimidações e ameaças sofridas por ambientalistas e moradores, das denúncias de verticalização indevida e especulação imobiliária no entorno da lagoa central e das denúncias de ampliação indevida de minas e explosões irregulares pela Empresa de Cimentos Liz no Município de Lagoa Santa, em particular no Bairro Visão; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta Comissão ao movimento Preserve a Lagoa, do Município de Lagoa Santa, para conhecimento; sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas acima mencionadas e pedido de providências para inclusão da Sra. Mônica Pontes, engenheira agrônoma, e de outros ambientalistas e moradores do Município de Lagoa Santa, no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; sejam encaminhados à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte desta Casa, ao Procon Estadual, ao Procon Assembleia e ao Procon Belo Horizonte as notas taquigráficas acima mencionadas e pedido de providências para que sejam tomadas medidas administrativas a fim de que as empresas Dominus Engenharia Ltda., Propenade Apart-Hotéis Ltda. e Lagoa Santa Empreendimentos Imobiliários Ltda. prestem esclarecimentos sobre a existência de Ação Civil Pública para impedir a construção do Apart-Hotel Promenade Lagoa Santa, como forma de salvaguardar investidores e terceiros interessados; seja encaminhado ao Ministério Público na Comarca de Lagoa Santa, ao Prefeito Municipal de Lagoa Santa e ao Presidente da Câmara Municipal desse Município pedido de providências para que realizem audiências públicas para a atualização do Plano Diretor do Município; seja encaminhado ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a urgente vistoria na Escola Municipal Alberto Santos Dumont, localizada no Bairro Visão, em Lagoa Santa, tendo em vista informações sobre a existência de trincas e a ocorrência de desabamentos no muro da referida escola; sejam encaminhadas ao Coordenador Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de Lagoa Santa as notas taquigráficas acima citadas, para conhecimento; seja realizada reunião de audiência pública para discutir a adoção de medidas sobre as denúncias de verticalização indevida e de especulação imobiliária no entorno da lagoa central de Lagoa Santa e sobre os relatos de ampliação indevida de minas, explosões irregulares, poluição do ar, rebaixamento de aquíferos e outros impactos resultantes das atividades da Empresa de Cimentos Liz no Município, em particular no Bairro Visão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a

presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/2/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Sibeles Santos, Oficial da Secretaria da 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Paracatu, por meio da qual envia cópias da decisão administrativa da Notícia de Fato nº 0024.11.006.798-0 e da Inicial dos Autos nº 0024.07.442385-6, referente a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público no tocante às tarifas praticadas pela Copasa em Paracatu; do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da qual informa que a Seapa não possui jurisdição para aferir questões relacionadas com as desapropriações necessárias à implantação de uma usina de fertilizantes no Município de Patrocínio, e que o tema, em nível estadual envolve a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o Instituto de Terras - Iter -; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Márcia Alves Brito, Assessora da Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (28/1/2012); Noêmia Caldeira Reis, Inventariante da Extinta RFFSA (24/01/2012), Silvana Alcântara de Oliveira, Diretora de Desenvolvimento da Ferrovia Centro Atlântica (3) (12/1/2012); Maria do Carmo Lara Perpétuo, Prefeita de Betim, e Jomar Carvalho do Amaral, Secretário Municipal de Meio Ambiente (2/12/11); e dos Srs. Ricardo Augusto Simões Campos (2), Diretor Presidente da Copasa (3/12/2011, 13/12/2011 e 28/1/2012); Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (24/1/12); Leonardo Carreiro Albuquerque, Chefe da Assessoria Administrativa do Ministério dos Transportes (24/1/2012); Ramon Victor Cesar, Diretor Presidente da BH Trans (24/1/2012); Luciano Junqueira de Melo, Superintendente de Regularização Ambiental da Supram Sul de Minas (24/1/2012); Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig (3/12/2011); Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados (3/12/2011); Carlos Calazans, Superintendente Regional do Inkra/MG (26/11/2011); Valmir José Fagundes, Major PM Comandante de Policiamento Especializado (26/11/2011); Vasco Praça Filho, Prefeito do Município de Paracatu (26/11/2011); Antônio Caram Filho, Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - Arsae - (26/11/2011); Camilo Braga Reis, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (12/1/2012); Alencar Santos Viana Filho, Diretor-Geral em exercício do Iter (12/1/2012); Marcelo Fernandes dos Santos, Promotor de Justiça (12/1/2012); Mário Alves Barbosa Neto Diretor-Presidente da Vale Fertilizantes (12/1/2012); José Elcio dos Santos Monteze, Diretor geral do DER (13/12/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.176, 2.177, 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.188, 2.189, 2.190, 2.191, 2.192, 2.250, 2.251 e 2.252/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à empresa Engelminas, pedido de informações referente à denúncia apresentada pelo Sindieletro-MG à parlamentar, de não abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT -, após acidente fatal envolvendo o trabalhador terceirizado Osmar Vieira da Silva, em 22/11/2011; seja encaminhada manifestação de aplauso ao Grupo Galpão Companhia de Teatro, pelos seus 30 anos de fundação, seja encaminhado ao Ministério do Trabalho, pedido de providência para que apure denúncia apresentada à parlamentar pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletro -, de não abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT -, após acidente fatal envolvendo o trabalhador terceirizado Osmar Vieira da Silva, em 22/11/2011; seja realizada visita ao Município de Muzambinho, para apurar denúncias de acidentes com fios de alta tensão da Cemig, como o ocorrido em 15 de janeiro último, quando um cabo energizado com 3.800 volts atingiu uma família, ferindo fatalmente uma mulher, acidente este que teria ocorrido em função da falta de manutenção na rede elétrica, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências em prol da realização de um diagnóstico, a ser remetido a esta Comissão, com identificação das causas e a proposição de soluções para o transbordamento das lagoas de Cima e Vargem Bonita (Lagoa de Baixo), situadas no entorno do Aeroporto de Confins, bem como informações sobre o cumprimento, pelo Município de Confins, da legislação relativa à coleta e tratamento do esgotamento sanitário; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, pedido de providências em prol de uma articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável - Semad -, com vistas à implantação, no menor tempo possível, de serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário no Município de Confins, informando à Comissão sobre os encaminhamentos decorrentes de tal requerimento; e dos Deputados Paulo Guedes em que solicita reunião de audiência pública no Município de Manga, conjunta com a Comissão de Minas e Energia, para debater a instalação de redes de energia elétrica convencionais nas Ilhas da Ingazeira, do Corculho e do Curimatá; Elismar Prado, em que solicita reunião de audiência pública para debater a obra de instalação de uma estação de tratamento de esgoto da Copasa no Município de Tiradentes; Délio Malheiros em que solicita visita às instalações do Radar meteorológico, localizado no Município de Mateus Leme; seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam - pedido de informação pormenorizada, sobre como se dá o



funcionamento do radar meteorológico localizado no Município de Mateus Leme, bem como a quantidade de tempo aproximado para que os órgãos de defesa civil promovam alertas destinados a minimizar as consequências dos temporais atingem o Estado; Fred Costa em que solicita reunião de audiência pública para conhecer a situação das diversas áreas públicas afetadas pelas últimas chuvas em Belo Horizonte; e Almir Paraca em que solicita reunião de audiência pública, com o objetivo de conhecer e debater a política de regularização fundiária no Estado de Minas Gerais, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra -, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e do Instituto de terras do Estado de Minas Gerais - Iter. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2012.

Almir Paraca, Presidente - João Leite - Liza Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/2/2012

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia, em resposta ao ofício 440/2011/SGM, que encaminhou as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária desta Comissão, que ouviu o Sr. William Adriano de Castro e demais convidados sobre o assassinato do Sr. Geraldo Luchesi Mourão, informando que a Corregedoria da Polícia Civil instaurou o Inquérito Policial nº 173.200/11 para apuração dos fatos ocorridos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.310, 2.317, 2.322, 2.337, 2.353, 2.354, 2.355, 2.356, 2.359, 2.360, 2.361 e 2.385/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.587/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues, Durval Ângelo e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos, para obter esclarecimentos sobre possível manipulação de dados em Registro de Eventos de Defesa Social - Reds, conforme veiculado na imprensa; dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues e da Deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicitam seja realizada visita à Delegacia de Polícia de Mariana, e a seu titular, Dr. Luciano Teixeira Moreira, para conhecer as instalações da Delegacia e o trabalho ali desenvolvido; sejam encaminhados ao Comandante do 26º Batalhão da Polícia Militar pedido de providências para a apuração de denúncias de abuso de poder e perseguição policial no Município de Itabira e cópias das cartas recebidas por esta Comissão denunciando tais irregularidades; da Deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação da Escola da Fundação Caio Martins, no Município de Esmeraldas, tendo em vista a possibilidade da construção de um Centro de Reeducação para Jovens nesse Município, causando enorme impacto na comunidade; seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para discutir a violência contra comunidades quilombolas em Minas Gerais, em especial a ameaça de morte sofrida pelo Vereador Vanderlei Dias, de Pedro Leopoldo, e por Evanir, da Comunidade Quilombola de São Domingos de Paracatu; do Deputado Sargento Rodrigues (4) em que solicita sejam encaminhados ao Governador do Estado do Rio de Janeiro manifestação de repúdio em relação à prisão de 17 policiais militares e 11 bombeiros militares, no Presídio de Bangu I, e pedido de providências para a imediata transferência desses militares presos para quartéis; seja encaminhado ao Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, pedido de providências para a não criminalização do movimento grevista dos policiais em 2012, bem como para que a Advocacia-Geral do Estado atue para a libertação dos policiais presos em decorrência do aludido movimento; sejam realizadas visitas aos Governadores dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia com a finalidade de negociar a liberdade e transferência de policiais e bombeiros militares participantes de movimento grevista; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 2ª Cia do 34º BPMMG pelo trabalho desenvolvido e pela eficaz atuação da equipe na apreensão de 3 mil comprimidos de ecstasy, uma porção de haxixe e uma bucha de maconha na região Noroeste de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2012.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/2/2012

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Duilio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunicou o recebimento da seguinte correspondência: Ofício do Deputado Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, convidando os membros desta Comissão para participarem da visita daquela Comissão com a finalidade de dar prosseguimento do acompanhamento

aos preparativos dos Estádio para receber a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, nos Estádios Raimundo Sampaio e Governador Magalhães Pinto; e do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia informando que o Fórum dos Procons Mineiros, entidade que representa os Procons Municipais e Câmaras no Estado de Minas Gerais designou uma comissão para acompanhar os trabalhos legislativos da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Assembleia composta pelo Procon Assembleia e os Procons Municipais de Itajubá, e Ribeirão da Neves. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.905/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio); 2.176/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros) na forma do Substitutivo nº1 e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto de Lei nº 1.716/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Délio Malheiros, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.336/2012 na forma do Substitutivo nº 1; 2.351, 2.352, 2.373, 2.375, 2.377, 2.378, 2.379, 2.380, 2.381 e 2.382/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.020/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Henrique - Liza Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/2/2012

Às 16h12min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Carlin Moura, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a avaliar os resultados dos encaminhamentos da audiência pública do dia 15/6/2011, destinada a debater a implantação de sistema de iluminação pública e abastecimento de água e coleta de esgoto na Comunidade Nascente Imperial. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Aparecida Nepomuceno, Coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Luciene Gomes Miranda Pereira, e Lindaura Rosa de Oliveira, Representantes da Comunidade Nascente Imperial; e os Srs. Inésio Lima de Souza, Agente de Comercialização de Energia da Cemig; Leonardo Diniz Ferreira, Analista da Cemig; Márcio de Oliveira Júnior e Sílvio Márcio dos Santos, Representantes da Comunidade Nascente Imperial, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2012.

André Quintão, Presidente - Fred Costa - Sebastião Costa.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/2/2012

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e os Deputados Paulo Guedes e Elismar Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH –, em que solicita a realização de uma audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para discutir a situação dos pacientes portadores de distrofias musculares, e de correspondências publicadas no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Sabrina Durigon Marques, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça; Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado da Casa Civil; e dos Srs. Daltro Catani Filho, Superintendente da Superintendência Regional de Saúde de Uberlândia (12/1/12); Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa-MG; Lafayette de Andrada, Secretário de Estado de Defesa Social; Celso Ávila Prado, Delegado-Geral Superintendente da Polícia Civil; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Incri-MG; Alexandre de Menezes Rodrigues, Corregedor do CRMMG; e Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte (9/2/12). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a propaganda do governo de Minas a respeito da educação no Estado, bem como sobre a carta encaminhada pela Secretaria Estadual de Educação a todas as unidades estaduais de ensino contendo informações da última greve dos professores, e seja realizada visita a escolas estaduais localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte para obter esclarecimentos sobre a situação em que se encontram os professores e toda a comunidade de ensino; Durval Ângelo (6) em que solicita seja encaminhada a Sandra Sallete da Silva, Juíza da Comarca de Lagoa Santa, manifestação de aplauso



por sua decisão de restabelecer a liminar que suspende a construção de hotéis no entorno da Lagoa; sejam encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Público as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada no Município de Lagoa Santa, em 6/2/12, com pedido de providências para que se apure a conduta da Promotora de Justiça dessa Comarca, Janaini Keilly Brandão Ferreira, tendo em vista denúncias de desrespeito à legislação ambiental e de favorecimento a interesses privados em detrimento da população; sejam encaminhadas as notas taquigráficas acima citadas a Sandra Sallete da Silva, Juíza da Comarca de Lagoa Santa, para conhecimento; seja realizada visita ao preso Nilton Antônio Monteiro, que se encontra recolhido no Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves; seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para discutir a queda do Edifício Vale dos Buritis e a ameaça de desabamento de outros imóveis localizados na região oeste da Capital; seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para discutir a situação das pessoas portadoras de distrofias musculares; Arlen Santiago em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Buritizeiro, para obter esclarecimentos sobre as péssimas condições vividas pelos colonos assentados pelo Inca e buscar solução para o atendimento de diversas famílias que estão acampadas na fazenda Limeira; Sargento Rodrigues, Durval Ângelo e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Segurança Pública para obter esclarecimentos sobre possível manipulação de dados em Registro de Eventos de Defesa Social – Reds –, conforme veiculado na imprensa; Adelmo Carneiro Leão que em solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre demissões de bancários, injustamente punidos por terem sido coagidos, como vítimas de audacioso sequestro, a abrir o cofre de agência do Banco Itaú-Unibanco; Sargento Rodrigues (5) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a demissão de professores, a redução do número de alunos no período noturno e a insatisfação dos alunos com os atos administrativos da atual direção do Colégio Estadual Ordem e Progresso; sejam encaminhados à Corregedoria da PMMG documentos recebidos nesta reunião e o trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária desta Comissão em que Maria Aparecida de Souza e Ronaldo Felisberto da Silva denunciam ameaças relacionadas a disputas de posse em Serra da Saudade e pedido de providências para que se averigüe a conduta de policiais militares citados como envolvidos; seja dada ciência a todos os Deputados desta Casa, bem como ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, do ato criminoso que vitimou fatalmente dois policiais militares em Juazeiro, no Estado da Bahia; sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil e ao Chefe da Polícia Civil do Estado os documentos, o trecho das notas taquigráficas desta reunião que transcreve a denúncia de Valmir da Costa Pereira sobre ameaças por ele sofridas a mando de Joaquim Neres Xavier Dias, além de pedido de providências à Corregedoria da Polícia Civil, para averiguar a conduta dos policiais civis de Salinas, em face dos fatos e queixas ligados à Fazenda Cubículo, e ao Chefe da Polícia Civil para que se empenhe em agilizar as investigações sobre as denúncias citadas; e sejam encaminhados à Ouvidoria de Polícia do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Corregedoria do Sistema Prisional o trecho das notas taquigráficas da 2ª Reunião Ordinária desta Comissão referente à fala de Daniele Fernandes e pedidos de providências para que apurem a conduta de agentes do Comando de Operações Especiais – Cope – durante a escolta do preso Dalmo Gomes dos Santos e seja encaminhado à Diretoria da Penitenciária Nelson Hungria pedido de providências para que seja encaminhado à advogada Daniele Fernandes o laudo realizado pelo IML após as agressões praticadas contra o sentenciado em 12/1/2012; e Durval Ângelo e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado à Dra. Luciana Kellen Santos pedido de providências para que requisite a prisão preventiva de todos os policiais civis envolvidos no inquérito que apura o homicídio do 3º-Sgt. PM Rafael Augusto dos Reis de Rezende e para que dê ciência desse pedido ao Procurador-Geral de Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/2/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita sejam encaminhados à Diretoria-Geral do Depo-MG e à Presidência da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações a fim

de que enviem cópia dos documentos relativos a eventuais doações ou transferências de imóveis, por parte de órgão público, na implantação da Cidade Industrial, para moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e dos mapas da Cidade Industrial elaborados entre 1940 e 1945, incluindo as áreas próximas às ruas da Vila Itaú que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de sua execução física e financeira nessas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, que solicita sejam encaminhados à Subchefia do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência em estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, que solicita a inserção nos anais da Casa da matéria "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo, veiculada no jornal "Estado de Minas" em 28/5/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome ao estabelecimento. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre o horário destinado à divulgação da cultura no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 16/2/2012, as seguintes comunicações:

Dos Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz em que notificam o falecimento da Sra. Edilene Maria Bastos, de seu filho Gustavo Bastos Aquino e de Luis Augusto de Oliveira, ocorrido em 12/2/2012, em Luz. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Fred Costa em que notifica sua ausência do País no período de 22/2 a 2/3/2012. (- Ciente. Publique-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Procon Estadual por ter incluído o Procon Assembleia no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, instituído pelo Ministério da Justiça (Requerimento nº 2.128/2011, do Deputado Délio Malheiros); de congratulações com o Sicoob-Credivass pelos 15 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.175/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/2/2012

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, caríssimos telespectadores da TV Assembleia, que agora está com transmissão ao vivo pelo Canal 35, UHF, na Região Metropolitana, quero cumprimentar o Deputado Glaycon Moreira Franco, nosso mais novo colega, que veio da ilustre, importante e belíssima cidade de Conselheiro Lafaiete, e todos os seus familiares, os Vereadores presentes e o Sr. José Milton, Prefeito da referida cidade, que presidiu a Associação Mineira de Municípios. Saúdo o ilustre Deputado Glaycon Franco, que já chega à Casa num momento importantíssimo, em que aqui se discutem relevantes matérias. Saliento a importância do debate sobre a renegociação da dívida pública dos Estados, entre eles, o Estado de Minas Gerais, e de alguns Municípios, a qual tem sido corrigida com índices muito altos, pagando-se juros que variam de 6% a 9,5%.

Sr. Presidente, gostaria de fazer comentário sobre fatos ocorridos ontem. O primeiro fato é a posse da mineira Graça Fortes na Presidência da Petrobras. É a primeira mulher no mundo a presidir uma empresa de petróleo de grande porte. É uma empresa pública que tem desempenhado papel de destaque no cenário internacional. Essa empresa conseguiu sobreviver ao período das privatizações, na década de 90. A manutenção da Petrobras como empresa pública, empresa do povo brasileiro, foi fundamental, porque hoje ela lidera o desenvolvimento nacional, fazendo grandes investimentos.

A Presidenta Graça Fortes tem um papel de destaque como mulher e mineira, à frente dessa estatal, que bateu todos os recordes de extração de petróleo, com destaque para a extração em águas profundas, na camada de pré-sal. Foram grandes os feitos dessa empresa nos últimos tempos.

Quero aproveitar a chegada da mineira Graça Fortes à Presidência da Petrobras para restabelecer um diálogo franco e necessário sobre a importância de conquistar para Betim e Ibitiré o polo acrílico. O projeto do polo acrílico de Minas Gerais, por razões que não vêm ao caso, ficou esquecido. Precisamos restabelecer, de maneira soberana, altaneira e respeitosa, o diálogo entre Minas e a Petrobras, para que o polo acrílico de Ibitiré e Betim possa voltar a andar. Isso é muito importante para a Região Metropolitana e para Contagem, que está localizada próximo da Refinaria Gabriel Passos.

Encaminhei também um requerimento à Diretoria da Petrobras e à Presidenta Graça Fortes, para verificar se é possível uma parceria com a Petrobras, a fim de salvar um dos maiores patrimônios ecológicos da Região Metropolitana: o abandonado Parque Fernão Dias. Esse parque está à mercê de invasores, está completamente abandonado. É uma área verde fundamental, cumpriu um papel importante



na década de 80 e no início da década de 90. Hoje está jogada às traças. Ninguém se compromete a assumir a administração desse parque. Ele está hoje sob administração estadual. Tentou-se fazer parcerias com o governo municipal, com as Prefeituras de Contagem e de Betim, mas não foi possível. Acredito e proponho, que é preciso, por meio de esforços do governo do Estado e das Prefeituras de Betim e Contagem, fazer uma parceria com a Petrobras. Se se fizer essa parceria, o Parque Fernão Dias poderá se transformar, voltar a ser uma grande área de lazer, entretenimento e preservação do ecossistema, justamente nas proximidades da Refinaria Gabriel Passos. É uma área verde importante e poderá cumprir um grande papel. Estou fazendo essa reivindicação, endereçando um requerimento à Presidenta Graça Fortes, para viabilizar essa tão sonhada parceria, a fim de que o Parque Fernão Dias volte a funcionar, abra as portas para a população de Contagem, de Betim, enfim, de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, não poderia deixar de destacar que ontem esta Casa foi, mais uma vez, sede de um acontecimento histórico. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais recebeu a primeira etapa de uma série de seminários que se realizarão pelo Brasil afora, para discutir as dívidas dos Estados com a União, contraídas justamente no final da década de 90, mais precisamente em 1998, época em que a concepção de desenvolvimento do Brasil estava centrado em um modelo neoliberal, que acreditava que o desenvolvimento se daria pelo capital financeiro internacional e não pelas nossas próprias pernas.

E nesse ano de 1998, quando negociamos as dívidas com os Estados, promovemos uma modificação do sistema financeiro nacional: privatizamos os bancos estaduais, e, por meio desse processo de privatização, foi contraída a dívida para com os Estados, entre eles Minas Gerais, que sofre profundamente com esse perverso contrato de negociação. É muito importante repetirmos os números e repetiremos quantas vezes forem necessárias para que o cidadão comum possa compreender. Em 1998, Minas Gerais devia 12 bilhões de reais. O povo tem até dificuldade de entender essa cifra, porque é dinheiro demais. Para nós, comuns, que somos do povo, esse dinheiro é uma cifra estratosférica. Transcorridos 13 anos até 2011, Minas já pagou 24 bilhões de reais, ou seja, o dobro do que devia em 1998. Mas pasmem, senhoras e senhores, a dívida continua na casa dos 60 bilhões de reais, mesmo o Estado já tendo pago 24 bilhões de reais. Isso por quê? Porque foi imposto um contrato nos moldes do FMI, contrato corrigido pelo IGP-DI, com taxa de juros de 7,5% ao ano, que é a maior taxa de juros do mundo. Minas paga 400 milhões de reais por mês só de juros da dívida. Durante o ano, isso equivale a uma cifra de quase 4 bilhões de reais. A cada ano, essa cifra sai dos cofres de Minas apenas para pagar os juros, os serviços da dívida pública. Para quem está nos ouvindo entender, esse valor significa uma duplicação da BR-381, de Belo Horizonte a Governador Valadares, ou duas vezes a reforma integral do Rodoanel de Belo Horizonte, que ligaria Betim a Ravena, passando por trás do Ceasa. É isso que gastamos e pagamos de juros da dívida pública de Minas Gerais por ano, e essa situação não pode continuar porque é prejudicial ao desenvolvimento do Estado e do País.

Por isso, o seminário realizado ontem é importante para que estabeleçamos um modelo de desenvolvimento que valorize o desenvolvimento nacional.

Na mesma época em que foi contraída a dívida de Minas e o sistema bancário foi privatizado, em 1998, também modificamos a lei de ICMS, a Lei Kandir. Por ela, Minas não recebe um centavo de ICMS pelo seu principal produto de exportação, que é o minério de ferro, porque sobre tudo que é exportado não incide ICMS.

É muito interessante verificar a coluna da repórter Raquel Faria, do jornal "O Tempo", no dia 6/2/2012, em que menciona os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Quando é comparado o superávit comercial de Minas Gerais com o do Brasil, ou seja, o que Minas Gerais exporta e o que importa, chega-se ao índice de 95%. Exportamos o dobro do que importamos. Então Minas tem tido um papel importante para manter a balança comercial brasileira superavitária, positiva. Em compensação, não recebemos por isso, porque, desde a Lei Kandir, que veio na mesma época desse processo de privatização, Minas Gerais tem saído prejudicada.

Não recebemos pelo nosso minério, temos uma dívida enorme e continuamos com o Estado em dificuldades. É por isso que esse movimento é de todos os mineiros e de todos os brasileiros. A Assembleia de Minas Gerais deu uma grande contribuição ao iniciar esse seminário público e ao instalar a comissão especial, tão bem presidida pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Essa é a grande bandeira de Minas Gerais nos próximos dias, pois se trata de um problema que precisamos resolver ainda este ano se depender da mobilização do povo de Minas Gerais e do Brasil. E vamos fazer isso. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/2/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, assinou o seguinte ato:

nomeando Cesar Plotz Frois para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observado o disposto no inciso III, alínea "b" do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, c/c art. 36, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, com a nova redação dada pelo artigo 9º da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, e 19.838, de 2/12/2011, na Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:



aposentando por idade, a partir de 9/1/2012, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a serem calculados na forma da Lei nº 10.887, de 18/6/2004, o servidor Luiz Braga Ribeiro, CPF nº 312.070.306-00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-34, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: fornecimento, instalação, configuração, integração, ativação e teste de sistema de radiodifusão de sons e imagens analógicas (televisão), para o canal 35+ UHF, na cidade de Belo Horizonte; e fornecimento de outros equipamentos, acessórios, materiais e serviços necessários ao funcionamento deste sistema. Objeto do aditamento: prorrogação por 60 dias. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos retroativos a 31/1/2012.